

# Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1972

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
DAVID FEDERMANN	ARENA
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADFI	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LÁZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUÍZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVÍDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.  
1.<sup>o</sup> VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.  
2.<sup>o</sup> VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).  
1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.  
2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.  
3.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).  
4.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

### 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura

#### Ata da 16.<sup>a</sup> Sessão (Extraordinária)

Realizada em 19 de Abril de 1972 - (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Domicio Scaramella e Basilio Zanusso.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Belinati, Nelson Buffara, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Mansur, Jorge Sato, João Fadel, Lázaro Dumort, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Antônio Maciel, Francisco Escorsin, Igo Losso, Muggiati Filho, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de Vetos Governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. EMILIO CARAZZAI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere. O Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário procederá à chamada nominal requerida pelo Sr. Deputado Emilio Carazzai.

(É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 25 srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição.

Discussão Única — da Proposição n. 90-71, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 260-70, de autoria do Deputado José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 40,00 à Theodoro Meira. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Encerrada a discussão. Em votação. Mantido o Veto, rejeitado o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 20, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Discussão Única — da Proposição n. 91-72.

Levanta-se a sessão.

### 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura

#### Ata da 17.<sup>a</sup> Sessão Ordinária

Realizada em 19 de Abril de 1972 - (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Antônio Costa, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Belinati, Nelson Buffara, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basilio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Mansur, Jorge Sato, João Fadel, Lázaro Dumort, Leopoldo Jacomel, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Rosário Pitelli, Antônio Maciel, Francisco Escorsin, Igo Losso, Muggiati Filho, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### E X P E D I E N T E:

#### REQUERIMENTOS:

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., contendo apelo no sentido de realizarem estudos com o objetivo de ser instalada Agência desse importante estabelecimento bancário, no Município de Mangueirinha.

A solicitação formulada, prende-se a fatos que evidenciam o crescente desenvolvimento que este Município tem demonstrado com suas riquezas e produção apresentando, como consequência uma elevada arrecadação do I.C.M., fazendo-se sentir, desta maneira, esta lógica necessidade, sem dúvida, traduzir a sua importância e, sobretudo, beneficiar a população daquele progressista Município.

Sala das Sessões em 19 de abril de 1972.

(a) Domicio Scaramella

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, com base na denúncia formulada pela TV-Tibagi, de Apucarana, em seu noticiário de 15 do corrente, no programa "Jornal Nacional", requer a Vossa Excelência que solicite a Secretaria de Segurança Pública do Estado, a designação de delegado especial para reunir todos os dados e elementos conseguidos em diversas delegacias do Norte do Paraná, com a finalidade de apurar se existe, realmente, uma super-organização dirigindo as quadrilhas de assaltantes que vem agindo naquela região.

O referido noticiário, cuja cópia anexamos a este requerimento, cita uma série de fatos ocorridos na região, que vêm trazendo a intranquilidade geral. A criminalidade em todo o Norte do Oeste do Paraná alcança índices alarmantes, com assaltos à mão armada, roubos de carros e a ação organizada de quadrilhas que agem coordenadas, vencendo sem grandes dificuldades os frágeis esquemas da polícia interiorana.

Tendo em vista a seriedade de referido noticiário, a Secretaria de Segurança Pública deverá, no menor prazo possível tomar as providências que o caso requer.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1972.

(a) Alvaro Dias.



# Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, apoiando o memorial reivindicativo dos Poderes Executivo e Legislativo, Classe Produtora, Classe Empresarial, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Partidos Políticos, Rotary Clube e povo em geral do Município de Primeiro de Maio, reivindicando o asfaltamento da estrada que liga a referida comuna a Sertãoópolis.

É das mais cabíveis, Senhor Presidente, as pretensões do povo local. A construção da represa do Salto do Capivara, no rio Paranapanema, e a consequente inundação de uma área de 500Klms. aproximados, provocando uma grande represa, oferecerá excelente aproveitamento turístico. Já é pensamento a construção, no local de parques, balneário e ancoradouro para pequenos barcos, inclusive uma praia artificial, visando o incentivo ao turismo. Agora isto, o asfaltamento dos 20 quilômetros da referida estrada proporcionarão um fácil escoamento dos produtos agrícolas locais. Com a pavimentação estará assegurada a ligação do Município de 1.º de Maio com o resto do País, em face da junção que será feita pela rodovia Mauá-Sertãoópolis-Porto Charles Nautal, que se encontra em adiantada fase de construção. As máquinas que fazem a rodovia acima citada, devido a proximidade, também seriam usadas para o asfaltamento dos 20 quilômetros, o que viria facilitar sobremaneira a execução da obra.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1972.

(a) Alvaro Dias

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, dentro do que lhe faculta o Regimento Interno e

considerando:

1 — Que o abono de que trata a Mensagem n. 1-72, não satisfaz as reais necessidades do Servidor Público Estadual, porquanto o aumento do custo de vida foi bem mais além desta percentagem;

2 — Que o Governo Federal concedeu um aumento de 20% (vinte por cento) sobre os vencimentos aos seus servidores, desde março do corrente ano;

3 — Que outros Estados da União, atenderam aos seus funcionários, aumentando em igual percentagem os seus vencimentos;

4 — Que, Prefeituras, das Capitais e mesmo do interior do nosso Estado, cientes das necessidades dos seus servidores concederam vantagens idênticas às dos Governos Federais e Estaduais;

5 — Que, o Servidor Público Estadual do Paraná, sente-se postposto e em condições de inferioridade salarial com relação aos servidores que foram beneficiados com aquele aumento, razão porque clama e com justiça, uma vez que, o aumento proposto em nada vai minorar a difícil situação funcional e de sua família.

REQUER que esta Casa, após ouvido o Plenário, envie um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado no sentido de que ele complete a Mensagem n. 1-72, em tramitação nesta Casa, com uma nova, elevando em 20% (vinte por cento), o aumento de vencimentos aos funcionários públicos Estaduais.

O requerimento tem plena convicção de que Sua Excelência, servidor que foi, não fará ouvidos moucos ao apelo que leva em seu bojo a angústia de tantos homens e mulheres e que diuturnamente, com sua inteligência ou braços contribuem para a grandeza do Paraná e do Brasil.

Sala das Sessões, em... de abril de 1972.

(a) Wilson Fortes

## PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n. 32-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação "Lar de Meninas de Francisco Beltrão" (Assembléia de Deus), com sede na cidade de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1972.

(a) Aryzone Araújo

## JUSTIFICATIVA:

A Associação "Lar de Meninas de Francisco Beltrão" (Assembléia de Deus), foi fundada em dezessete de maio de 1971, tendo por finalidade abrigar meninas desvalidas, e ministrar-lhes instrução de modo a capacitá-las a viver, orientando-as segundo os princípios cristãos. A referida Associação não tem fins lucrativos tendo por finalidade exclusivamente, servir as atividades educacionais e assistenciais.

Pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Francisco Beltrão, esperamos hoje a devida aprovação por parte dos Nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ouvimos com atenção quando o sr. 1.º Secretário Ivo Tomazoni leu o requerimento de autoria de nosso Presidente Wilson Fortes, endereçando apelo ao Sr. Governador para que seja elevado de 12 para 20% o abono concedido pelo Governo do Estado ao funcionalismo público estadual. Neste momento, queremos dizer que a matéria é das mais oportunas; no começo do ano enviamos uma carta ao Governador Parigot de Souza pedindo o aumento para o funcionalismo na ordem de 30%, porque em verdade a carestia do custo de vida é grande, o sacrifício desenvolvido pelos servidores públicos para enfrentar a alta do custo de vida é realmente enorme. No entanto, Sr. Presidente, antes mesmo que a nossa carta pedindo 30% de aumento ao funcionalismo fosse respondida pelo Governador, o Presidente Wilson Fortes distribuiu uma nota que foi comentada pela imprensa de todo o Paraná, dizendo que o Sr. Governador daria o aumento salarial de 20% a partir do dia 1.º de março. Uma semana depois o Governador visitava Londrina pela primeira vez e lá, de acordo com o noticiário, difundido também por toda a imprensa, o Sr. Governador confirmava o aumento levado a público pelo Presidente da Assembléia. Diante desta afirmativa o funcionalismo público começou a fazer despesas em vista de que o aumento seria na ordem de 20%; lamentavelmente passaram todos esses meses, veio esta Mensagem com um aumento irrisório, um aumento de 12% para o funcionalismo e com vigência somente a partir de 1.º de maio. Queremos fazer votos para que o Governo passa compreender

as dificuldades que a laboriosa classe do funcionalismo público vem atravessando e possa conceder esta elevação salarial, não a partir de 1.º de maio e sim a partir de 1.º de março, conforme fora prometido. Também, a data de hoje marca a data em que, se estivesse vivo, estar-se-ia comemorando o aniversário de nascimento de um dos maiores estadistas do Brasil, que foi o ex-Presidente Getúlio Dornelles Vargas. Getúlio Vargas, nascido numa data como a de hoje, teve a sua figura patenteada para sempre na história porque foi ele que, na época mesmo de sacrifícios para o Brasil, criou a previdência social, dando aos trabalhadores a lei do salário mínimo, o salário família, criou a Petrobrás, a Eletrobrás, a Usina de Volta Redonda e outras magníficas obras que até hoje aí estão, inclusive impulsionando o desenvolvimento do progresso do nosso País.

Neste momento, queremos prestar aqui a nossa gratidão a esse que faleceu já há 18 anos, mas que lembramos com saudades, pois todo o Brasil atravessa por estas grandes obras construídas no Governo Getúlio Vargas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Excelente Presidente Ivo Tomazoni. É do conhecimento de todos os companheiros desta Casa os sérios problemas enfrentados por vereadores do interior do Estado, numa cidade, cujas populações não atingem o número de cem mil habitantes. De acordo com as determinações legais, estes Vereadores estão impedidos de receberem qualquer remuneração por parte do Poder Público. Porém, como sabem Vv. Exas., na maioria dos casos são Vereadores que residem em Distritos, longe das sedes dos Municípios e, além de perder um dia de trabalho, às vezes até dois, para comparecer às sessões do Legislativo, não recebem qualquer ajuda de custo com as despesas realizadas.

Por este motivo, e dentro do espírito da filosofia de diversos Deputados Federais que realizam, em Brasília, uma ação conjunta objetivando a reforma constitucional no sentido de que estes vereadores possam também receber os seus subsídios, enviamos e pedimos o apoio desta Casa para um apelo dirigido ao Sr. Ministro da Justiça, onde se saliente o seguinte:

(Lendo):

## " R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro Alfredo Buzaid, da Justiça, solicitando daquela autoridade federal a modificação do dispositivo constitucional que veda a concessão de subsídios aos Vereadores sem cidades inferiores, em população, a cem mil habitantes.

A mudança pretendida, Senhor Presidente, é das mais justas, haja vista ser o edil interiorano um Parlamentar com muitos mais encargos e na maior parte das vezes muito mais pobre que o Vereador dos grandes centros. Ele é responsável pelas angústias e anseios de ponderável parcela da população nacional. A sua dedicação aos problemas municipais é, em parte, tolhida pelo fato de que, sem vencimentos para a função, é o mesmo obrigado a tratar de seu sustento e dos seus familiares, não dando tempo integral aos interesses da comunidade. Não são poucos os edis que residem longe das sedes municipais, alguns até distantes mais de cinquenta quilômetros. A presença em uma sessão legislativa, em certos casos, acarreta ao Vereador a perda de três dias que, somados à ausência de trabalho, mais as despesas de hospedagem e condução, acarretam a este tipo de homem público perdas financeiras de grande monta, quando se sabe que as Câmaras interioranas possuem quatro sessões mínimas mensais. A própria alegação de que estas Câmaras se reúnem poucas vezes ao ano, cai, desta maneira, por terra.

O que se vê, na verdade, é uma injustiça para com o Vereador do interior brasileiro. Queremos que ele se dedique à causa pública, mas esqueçamos os seus direitos mais elementares.

Com isso provemos a eleição de Classe. Apenas os mais abastados terão direito de defender os seus interesses.

Solicitamos, outrossim, o envio do teor deste Requerimento a todas as Câmaras Municipais do nosso Estado, bem como a todos os Deputados Federais e Senadores do Paraná.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1972.

(b) Maurício Fruet".

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Arizone Araújo, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 11-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado em 4-11-69, entre o Governo do Estado do Paraná, através do D.E.R., e a Rede Ferroviária Federal S.A. — R.V.P.S.C., com finalidades que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180-71, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 181-71, de autoria do Dep. João Mansur, que declara de Utilidade Pública, o Instituto Maria José com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 188-71, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos da Criança Excepcional da cidade de Mandaguari. — Parecer favorável da C.C.J. **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 2-71, de autoria da Comissão Executiva, fica doado à Câmara Municipal de Curitiba, o Busto do Barão do Rio Branco. Parecer favorável da C.C.J. **Aprovado artigo por artigo.**



2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 33-71, que aprova acordo que fazem os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, visando colaboração Técnica e Assistencial em assuntos relacionados com a defesa Sanitária Vegetal, Animal e o Desenvolvimento Sócio-Econômico e seus Territórios. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 12-71, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 34-71, que aprova Convênio firmado entre o Estado do Paraná e o Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba, — na forma que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 171-70, de autoria do Dep. David Federmann, autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual em Telêmaco Borba e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 171-70

##### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Telêmaco Borba, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de julho de 1970.

a) Dep. David Federmann

##### JUSTIFICATIVA:

O Município de Telêmaco Borba foi criado em 1963, tendo o seu território sido desmembrado do município de Tibagi. Compreende a fazenda Monte Alegre e as terras além do rio Tibagi, onde se localiza a sede do Município. O grande surto de progresso do Município se deve às Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S.A., cuja produção diária de papel atinge cerca de 120 toneladas. O rápido crescimento industrial, fez com que a afluência para ali, a procura de emprego, pessoas vindas de todos os quadrantes do País, transformando a região numa das mais ricas e progressistas da comunidade paranaense. Deu-se então uma verdadeira explosão demográfica, onde a rede escolar não tem podido atender as reais necessidades do ensino.

O Município conta já com o Colégio Estadual Wolff Klabin, criado em 1957, e que se acha instalado em imóvel cedido pelas Indústrias Klabin. Possui 1.300 alunos distribuídos em três locais diferentes, criando assim dificuldades inúmeras ao desempenho de sua missão, e já não podendo mais atender ao vertiginoso crescimento da população estudantil. A criação de mais um ginásio, sabendo-se que o número maior de matrículas dá-se no 1.º Ciclo, viria desafogar o Colégio Estadual Wolff Klabin, dando assim condições de um eficiente atendimento ao ensino médio do Município. Esperamos pois, o apoio de nossos Pares.

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI 171-70

AUTOR: David Federmann

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar, um Ginásio Estadual em Telêmaco Borba, e dá outras providências.

##### PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus — razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

##### ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos;

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescentem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia a contradição é a de que a "lei autoriza despesas".

##### ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da Lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde estão estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo.

"I — Legislar sobre as matérias da competência do Estado".

##### ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30 de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vinda aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criação, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação:

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular, criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer

Sala das Comissões, em 28 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Acyr José

Cândido Martins de Oliveira

Sebastião Rodrigues Júnior

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 171/70

De autoria do nobre Deputado David Federmann, o presente projeto de lei visa autorizar o Poder Executivo a criar um ginásio estadual, em Telêmaco Borba.

As razões apresentadas com a justificativa, o caráter meramente autorizatório que, por si não ofende princípios de ordem financeira, autorizou a aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 1971.

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Ovidio Franzoni

Paulo Poli.

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER Ao Projeto de Lei n.º 171/70

1) — Região de grande desenvolvimento industrial privado, necessita do apoio governamental no que tange a educação dos filhos de seus operários.

2) — Assim, para um desenvolvimento racional da região faz-se imperiosa a criação de um ginásio, para que aqueles que lá habitam tenham condições de maior progresso.

3) — Desta forma, somos pela aprovação do projeto acima epigrafado, por necessário à cidade de Telêmaco Borba.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Álvaro Dias — Relator

Acyr José

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 197/70, de autoria do Dep. Leopoldo Jacomet, autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Jussara e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 197/70

##### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Jussara, uma Escola Técnica de Comércio, de 2.º ciclo, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1970.

a) Dep. Leopoldo Jacomet

##### JUSTIFICATIVA:

O crescente desenvolvimento pelo qual atravessa o Município de Jussara, está a exigir dos Poderes competentes a criação de um estabelecimento de ensino de 2.º ciclo.

Tal medida virá beneficiar um grande número de alunos que já completaram os cursos ginasial e normal, ora em condições, portanto, de receberem a instrução necessária para o ingresso em cursos de nível universitário.

Além do mais, a criação de tal estabelecimento de ensino virá trazer, sem dúvida alguma, uma grande economia para as famílias de Jussara, as quais não mais terão necessidade de deslocarem seus filhos para outros centros, em busca de instrução mais adiantada.

São estas, Senhores Deputados, as razões que nos levam a apresentar o presente plano de lei, para o qual solicitamos o indispensável apoio e posterior aprovação.



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI N.º 197/70

SÚMULA: Autoriza o P. E. a criar uma Escola Técnica de Comércio em Jussara e dá outras providências.

**PARECER**

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevar os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação, tanto quanto possível da rede de ensino em seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar à escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

**ASPECTO CONSTITUCIONAL**

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto à competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe: "É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Compete privativamente ao Governador: I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos, aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acresçam a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar". O fundamento que se baseia a contraditória é a de que a "lei autoriza despesas".

**ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO**

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

a) — fase autorizatória: — não implica em nenhuma despesa, senão apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;

b) — fase de criação: — a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;

c) — fase de instalação: — é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato, que passará a depender de recursos financeiros, por tanto de despesas;

d) — fase de funcionamento: — é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;

Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas sim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:

"I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

**ASPECTO LEGAL**

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964 — Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expendidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Ensino que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem mantidos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".

b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criatória.

A Lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "Lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isso ocorresse, o texto teria que ser "são serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15 de julho de 1971.

za) Wilson Brandão — Presidente

Igo Lasso — Relator

Acyr José

Cândido Martins de Oliveira — vencido

Arthur de Souza

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

Sebastião Rodrigues Júnior.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

PROJETO DE LEI N.º 197/70

AUTOR: Dep. Leopoldo Jacomet

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Jussara e dá outras providências.

**PARECER**

Trata-se de projeto autorizatório que, em consequência não implica em aumento de despesa.

Somos pela aprovação pela razão supra indicada.

Sala das Comissões, em agosto de 1971.

za) Leopoldo Jacomet — Presidente

Santos Lima — Relator

Ovidio Franzoni e

Fuad Nacli.

**COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA**

PROJETO DE LEI N.º 197/70

AUTOR: Dep. Leopoldo Jacomet

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio em Jussara.

**PARECER**

1.) A evolução e o desenvolvimento não podem parar no Brasil Grande de hoje, sendo portanto, das más justas a criação de um curso colegial em Jussara, o que proporcionará aos estudantes da Região condições de ingresso em escola de grau técnico, aprimorando seu potencial de trabalho.

2.) Desta forma, somos pela aprovação do projeto epigrafiado acima

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) — Antônio Lopes Júnior — Presidente

Alvaro Dias — Relator

Acyr José.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que ele complementasse a Mensagem n.º 1/72, em tramitação nesta Casa, com uma nova, elevando em 20% (vinte por cento), o aumento de vencimentos aos funcionários públicos estaduais. Em votação.

O SR. JOAO MANSUR — Peço a palavra, Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando do envio da Mensagem governamental que tratava do aumento da Magistratura do Paraná e abono ao funcionalismo do Estado, tivemos a oportunidade de dizer da apreensão e preocupação do Governador Pedro Viriato Parigot de Souza. Mas nenhum dos Senhores desconhece que os aumentos do funcionalismo público hoje se regem por lei federal. E o Governador Parigot de Souza, sensível ao clamor do funcionalismo público, homem que também tem suas origens dentro desta mesma classe, sabe melhor do que qualquer um de nós que realmente o funcionalismo enfrenta sérias dificuldades.

Quando enviou para esta Casa a Mensagem de abono de 12%, foi no sentido de minorar esta situação alitativa dos nossos servidores. Tivemos oportunidade, naquela ocasião, de afirmar aos Srs. Deputados e ao funcionalismo do Paraná inteiro, de que uma Comissão encarregada por S. Exa. o Governador do Estado, estava complementando os estudos, a fim de que, dentro do mais breve espaço de tempo possível, o Governador viesse a dar um aumento compatível com as necessidades dos homens que ajudam o crescimento do Estado.

Vem o requerimento do nobre Deputado Wilson Fortes apelar a S. Exa. o Governador do Estado, dizendo da situação alitativa de nosso funcionalismo, que todos nós compreendemos e, mais do que nós, o próprio Governador do Estado. S. Exa. nem por um minuto se descuidou deste problema. Já disse aqui desta Tribuna e quero reafirmar mais uma vez, que o funcionalismo do Paraná terá, dentro em breve, tão logo estejam concluídos estes estudos, um aumento para que possa fazer frente às dificuldades.

Mas é preciso que mais uma vez se reafirme aqui neste Casa que, em instante nenhum S. Exa., o Governador do Estado, se descuidou deste problema tão importante, porque ele sabe, como também conhecemos, que esta classe laboriosa do funcionalismo estadual, ajudando a máquina administrativa, promove o desenvolvimento de nosso Estado.

De modo que vamos votar favoravelmente a este requerimento de apelo no sentido de que o Governador do Estado venha de encontro às necessidades do funcionalismo estadual.

Mas não posso deixar de aqui registrar que de há muito o Governador do Estado vem se preocupando com este problema e, tão logo esta Comissão conclua seus estudos, o funcionalismo estadual terá o aumento compatível com as necessidades da vida presente.

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O aumento do funcionalismo tem sido uma novela em capítulos nesta Casa, durante anos.

Requerimentos são feitos anualmente no sentido de que se amplie o teto que o Governo pretende, pode, ou deseja dar. E tem faltado, na realidade, para tão importante problema, uma planificação real que permita um tratamento do assunto com a seriedade que o mesmo requer.

Vejo, no sistema de abono provisório, uma medida excelente, desde que esse abono faça parte de uma planificação. Esclarecendo melhor o meu pensamento, acho que, periodicamente, o funcionalismo público faz jus, como todas as categorias profissionais desta terra, a um aumento compatível com o aumento do custo de vida.

Entretanto, o que vemos nós, quando contemplamos os aumentos concedidos ao funcionalismo público do Estado do Paraná? Vemos que não existe a observância, no decurso de um ano para concessão de novo aumento. As vezes passa de um ano; dezoito meses após o aumento concedido, o assunto volta à baila. Assim foi o ano passado quando, pela primeira vez, tomamos assento nesta Casa.

O aumento dos bancários, sistematicamente, um ano após a concessão de aumento, os tetos salariais da categoria são revistos. Por que não seguir o mesmo critério no que diz respeito ao funcionalismo público? Justamente por falta de planificação.

Entendo que o aumento provisório é justo como antecipação da cota do aumento que será concedido após o decurso de um ano.

Entendo pois que o funcionalismo, que recebeu em agosto de 71 um aumento, deveria receber outro em agosto de 72. Entretanto, seis meses decor-



ridos do aumento, o funcionalismo deveria receber, por antecipação, um abono provisório de 5% do aumento que será concedido. Isto porque o funcionalismo recebe um aumento em abril e somente em abril do ano vindouro, é que irá receber o aumento de 20%. Mas, esqueçamos que, decorrido um mês, o custo de vida aumenta 2%, dois meses o custo de vida se eleva a 4%, e o funcionalismo só vai ter a correção de seu nível salarial um ano depois, depois que a vida aumentou o seu nível em 24%.

O sistema de abono, no meu entender, corrige parcialmente isso. Já que o Governo não tem condições de corrigir o nível salarial, o nível de vencimentos do funcionalismo público mensalmente, pelo menos semestralmente o Governo tem condições de fazer isso. Assim, voltando a exemplificar e precisar, para que seja melhor entendido meu pensamento, eu argumento da seguinte forma: o Governo ao dar aumento em abril e, posteriormente, 6 meses decorridos, ele, Governo, deveria conceder um abono provisório de 12%, para que fosse abatido esse abono do aumento que concedesse no fim do ano da última elevação dada.

Então, seria um critério honesto, seria um critério capaz de beneficiar ao funcionalismo público do Estado. Entretanto, me faltam elementos para saber se o aumento ao funcionalismo público do Estado do Paraná é anual, porque pelo que observo isso não tem ocorrido. Dá-se aumento numa época, passa um ano, um ano e meio, quando finalmente se pretende corrigir o nível de vencimentos do funcionalismo público. Entendo, nestas condições, que a categoria do servidor público do Estado vem sendo uma categoria sacrificada. Acho o abono uma medida salutar, uma medida excelente, mas se enquadrada numa programação que viesse aumentar anualmente o nível dos vencimentos do funcionalismo público.

É preciso, pois, que o Governo responda a esta Casa, esclareça a esta Casa se o que pretende com o abono é colocação, é antecipação do aumento que ele pretende dar, um ano decorrido do último aumento. E esse esclarecimento que eu solicitaria ao Governo: se ele pretende, findo um ano do último aumento concedido, conceder nova elevação de vencimentos, considerando-se que o abono não é uma elevação de vencimentos. Entendo abono justo como antecipação de vencimentos, mas que, findo um ano do último aumento concedido, volte o Governo, sem procrastinação, a conceder novo aumento. Que conceda, que seja aprovado novo aumento, 3 meses depois de vencido o ano em que foi concedido o aumento, e que esse aumento tenha vigência a partir do mês que completou o 10.º mês do último aumento.

O funcionalismo público, como as demais categorias funcionais, deve receber aumento anualmente porque, do contrário, ele estará financiando com seu sacrifício o desenvolvimento do Estado e nenhum Estado tem o direito de pedir àqueles que lhe servem, esse preço. É preciso que o Governo demonstre, esclareça a esta Casa, qual o plano para a elevação de vencimentos do funcionalismo público.

Não compareça anualmente ante esta Assembléia, ante o funcionalismo público e o povo do Paraná, não compareça anualmente com uma Mensagem de improviso. É preciso que diga qual o plano, não por ano, não para dois anos, mas um plano que deixe de fato esclarecido o pensamento do Governo.

Não é preciso que haja originalidade para descoberta de um plano capaz de solucionar a questão. Esse plano da elevação progressiva de vencimentos, vem sendo posto em prática, como já dissemos aqui, por várias categorias profissionais, inclusive, como já havia exemplificado, a categoria dos bancários. É preciso que o Governo procure dar ao funcionalismo um tratamento condizente com a importância da classe, para o progresso e desenvolvimento do Paraná.

Voto favoravelmente ao apelo e gostaria de obter do Governo um esclarecimento, ou seu plano global para o tratamento do problema do funcionalismo público do Estado do Paraná. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, reivindicando o asfaltamento da estrada que liga o Município de Primeiro de Maio a Sertãoópolis, apoiando memorial reivindicativo dos Poderes Legislativo e Executivo, Classes Produtora e Empresarial, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Partidos Políticos e Rotary Clube. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, contendo apelo no sentido de se instalar uma Agência desse importante estabelecimento bancário, no Município de Mangueirinha. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Secretaria de Segurança Pública do Estado, no sentido da designação de um Delegado para apurar irregularidades no Norte do Estado, segundo denúncia formulada pela TV Tibagi, de Apucarana, no programa "Jornal Nacional". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruct, lido da Tribuna por S. Exa., solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro da Justiça, no sentido de que aquela autoridade federal modifique dispositivo constitucional que veda a concessão de subsídios aos vereadores em cidades inferiores, em população, a cem mil habitantes. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEN DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 315-70;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs.: 2-71, 12-71, 13-71;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 171-70, 197-70;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 198-70 e 217-70.

Levanta-se a sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 7a. LEGISLATURA — 2a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniram-se os membros da Comissão de Redação, a fim de proceder a instalação e eleição para Presidente e Vice-Presidente. Presidência na forma regimental pelo deputado Gabriel Manoel e contando com as presenças dos senhores deputados Basílio Zanusso e Cândido Manoel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão, anunciando a eleição para Presidente e Vice-Presidente da referida Comissão. Procedido o

sufrágio verificou a unanimidade de votos nos nomes dos senhores deputados Cândido Manoel Martins de Oliveira e Alvaro Dias, para Presidente e Vice-Presidente respectivamente. Assumindo o cargo para o qual fora reeleito o deputado Cândido Manoel agradeceu a confiança nele depositada e reafirma sua disposição de conduzir este importante órgão técnico sempre cumprindo e fazendo cumprir os rígidos regulamentos do Regimento Interno, dentro dos moldes democráticos de sua formação política. O Senhor Presidente após determinar que as reuniões da Comissão ficarão condicionadas a existência de matéria em sua competência, convidou na oportunidade o funcionário Lélcio Guimarães Sotó-Maior para exercer as funções de Secretário. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros, para que produza os efeitos legais.

aa) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente

ALVARO DIAS — Vice-Presidente

BÁSILIO ZANUSSO —

##### COMISSÃO DE REDAÇÃO

##### 7a. LEGISLATURA — 1a. SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 37a. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e hum, na Sala das Comissões, às quinze horas, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do senhor deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o senhor deputado Wilson Brandão apresentou redação final ao seguinte processo: PROJETO DE LEI N. 124-70 — de autoria do senhor deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Normal Estadual "Amaral Carneiro de Mello", da cidade de Castro. APROVADA. Pelo senhor deputado Mauricio Fruct foi apresentado redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N. 220-69 — de autoria do Governo do Estado — Mensagem n. 49-69, encaminhando anteprojeto de lei objetivando transferir à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ, área de terras de propriedade do Estado, com 40.090,00 (quarenta mil e novecentos e noventa e quatro metros quadrados), situada no bairro do Atuba, nesta Capital. PROJETO DE LEI N. 125-70 — de autoria do senhor deputado Gabriel Manoel, que cria uma Circunscrição de Trânsito na cidade de Castro, com jurisdição nos municípios de Pirai do Sul, Jaguariava, Sengés e Arapoti. PROJETO DE LEI N. 230-70 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 26-70, que autoriza o Poder Executivo a doar à União — Departamento de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, um terreno na forma que especifica. PROJETO DE LEI N. 304-70 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 45-70, que autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) à Secretaria de Educação e Cultura, destinado a atender despesas com a execução da Lei n. 6.034, de 6 de novembro de 1.969 e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 10-71 — de autoria do senhor deputado Igo Losso, que cria a Fundação Educacional de Centenário do Sul, destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia. PROJETO DE LEI N. 57-71 — de autoria do senhor deputado Quilse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo a criar na sede do Município de Colorado, um Curso Científico para funcionar no próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N. 72-71 — de autoria do senhor deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual, na sede do Município de Cambira. PROJETO DE LEI N. 85-71 — de autoria do senhor deputado Quilse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Normal na sede do Município de Adrianópolis, para funcionar a partir do próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N. 155-71 — de autoria do senhor deputado Borsari Neto, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Sertãoópolis. PROJETO DE LEI N. 196-71 — de autoria do senhor deputado Gilberto de Carvalho, que cria junto ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, um fundo de natureza contábil, denominado Fundo Estadual de Eletrificação Rural, designado pela sigla "FEER-PR", e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 243-71 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 29-71, encaminhando anteprojeto de lei que introduz alterações na Lei n. 5.511, de 10-2-67, pela qual foi instituída a Taxa de Saúde. PROJETO DE LEI N. 244-71 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 39-71, encaminhando anteprojeto de lei que trata da criação do Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 245-71 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 36-71, encaminhando anteprojeto de lei que doa à Sociedade Rural do Norte do Paraná, o imóvel constituído de parte do lote n. 107-B, da Gleba Cambé com o Município de Londrina, com área de 78.282,00 m<sup>2</sup> e dá outras providências. PROJETO DE LEI N. 246-71 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n. 33-71, solicitando autorização de fiança do Poder Executivo em empréstimo do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. ou do Banco do Estado do Paraná S.A., com o Banco Nacional de Habitação, para execução de obras que especifica. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual para constar lavrei a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada por mim e pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

aa) CÂNDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente  
LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

##### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 246-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A. e ou Banco do Estado do Paraná S.A., com o Banco Nacional de Habitação, destinados à execução de obras de sistemas de abastecimento de água e de esgotos em municípios do Estado e a conferir ao Banco Nacional de Habitação os poderes para levantar, junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados, na forma do disposto na Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, e na sua insuficiência ou extinção, levantar junto aos Órgãos do Governo Estadual e Bancos, os recursos provenientes de impostos estaduais, bem como, saldos dos depósitos bancários, suficientes para responder pelo débito corrigidos e demais encargos contratuais decorrentes dos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Habitação ao Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou Banco do Estado do Paraná.



§ 1.º — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional de Habitação na hipótese de o Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou o Banco do Estado do Paraná ou o Governo do Estado não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos celebrados com o Banco Nacional de Habitação.

§ 2.º — Os recursos financeiros decorrentes dos empréstimos de que trata este artigo, serão repassados pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou o Banco do Estado do Paraná a entidade da administração indireta dos municípios do Estado do Paraná, destinando-se à implantação, ampliação ou melhoria de seus sistemas de saneamento.

§ 3.º — A fiança será outorgada pelo Governo do Estado do Paraná, em contrato a ser celebrado com o Banco Nacional de Habitação, sob supervisão da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

§ 4.º — Para concessão da fiança de que trata esta Lei, é fixada a importância de até Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), que será corrigida monetariamente de conformidade com os índices estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional para as ORTN.

Art. 2.º — Nenhum repasse financeiro será referido pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná e ou pelo Banco do Estado do Paraná entidades municipais, sem a cobertura de garantia específicas destinadas a assegurar a liquidez das operações objeto da fiança concedida nos termos desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 245-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Sociedade Rural do Norte do Paraná, o imóvel constituído de uma parte do lote n. 107-B, da Gleba Cambé, do Município de Londrina, com a área total de 78.282,00 metros quadrados, adquirida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n. 22.537, do Livro 3 n. 28, fls. 206, do Registro de Imóveis do 1.º Ofício da Comarca de Londrina confrontando pela frente com a rodovia Melo Peixoto, pelo lado direito com o imóvel de propriedade da Associação Rural, pelo lado esquerdo com o lote n. 108 da Gleba Cambé e pelos fundos com o Ribeirão Cambé.

Parágrafo único — O imóvel de que trata este artigo será destinado à construção do Parque Exposição Industrial de Londrina.

Art. 2.º — A Sociedade Rural do Norte do Paraná, deverá iniciar a construção do Parque Exposição Industrial de Londrina, no prazo máximo de 2 (dois) anos e a concluí-lo dentro de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação da presente Lei, revertendo ao patrimônio do Estado do Paraná, com as benfeitorias nela existentes, independente de qualquer indenização, caso não sejam cumpridas os prazos estabelecidos ou for dada destinação diversa da prevista.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 244-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o "Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN", com a finalidade de prover recursos para reequipamento, material permanente, estudos técnicos, campanhas educacionais e outras despesas de capital para o "Departamento Estadual de Trânsito — DETRAN".

Art. 2.º — O "FUNRESTRAN" será provido pelos recursos originados pela cobrança das taxas especificadas na Tabela "G", da Lei n. 5.482, de 20 de janeiro de 1.967, que dispõe sobre as Taxas de Segurança Pública, e de produto das multas por infrações ao trânsito de sua jurisdição e constantes do Código Nacional de Trânsito.

Parágrafo único — Constituem ainda recursos do "FUNRESTRAN":  
a) auxílios, subvenções ou dotações federais, municipais ou privadas, oriundos de convênios celebrados pelo "DETRAN";

b) o produto da alienação de equipamento ou material inservível;  
c) juros de seus depósitos bancários;  
d) outras rendas eventuais.

Art. 3.º — O "Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN" será administrado por um Conselho Diretor composto pelo Secretário de Segurança Pública como Presidente nato, pelo Diretor do Departamento de Trânsito como Vice-Presidente, pelo Comandante do Batalhão de Controle de Tráfego da Polícia Militar do Estado, pelo Assessor de Planejamento e pelo Assessor Jurídico do DETRAN, e por um representante da Secretaria de Fazenda.

Art. 4.º — O "Fundo de Reequipamento do Trânsito — FUNRESTRAN" é dotado de personalidade jurídica e escrituração contábil própria, independente de qualquer órgão da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 5.º — Da aplicação dos recursos do Fundo de Reequipamento do Trânsito será feita prestação de contas nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 6.º — Do total de receita atribuída ao FUNRESTRAN será destinada até 1% (um por cento) para pagamento de despesas administrativas.

Art. 7.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), destinado a atender as despesas com a instalação do FUNRESTRAN no corrente exercício financeiro.

Parágrafo único — Como recurso para a cobertura das despesas da abertura do crédito especial a que se refere este artigo, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n. 6.175, de 3 de dezembro de 1.970, de acordo com as especificações seguintes:

Órgão principal:

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA

Programa: — (71 — 2. 6 — 43) — 03

Unidade Executora: — DETRAN — 01

Dotação: — 71 — 2. 6 — 43

Art. 8.º — Ao FUNRESPOL, criado pela Lei n. 6.102, de 27 de maio de 1.970, aplicar-se-á norma legal igual à estabelecida no art. 6.º desta Lei.

Art. 9.º — Dentro de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta Lei, o Poder Executivo procederá a sua regulamentação.

Art. 10 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 243-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Orçamento Geral do Estado consignará anualmente dotação equivalente ao produto da receita proveniente da taxa instituída pela Lei n. 5.511, de 10 de fevereiro de 1.967, ao Fundo de Saúde, criado pela Lei n. 51, de 18 de fevereiro de 1.948.

Art. 2.º — A tabela integrante da Lei n. 5.511, de 10 de fevereiro de 1.967, será substituída pela tabela anexa a esta Lei.

§ 1.º — Do produto da arrecadação do selo adesivo para atestado de saúde, constante da tabela a que se refere este artigo, a Secretaria da Fazenda entregará mensalmente ao Fundo de Saúde o valor correspondente do qual 20% (vinte por cento) serão destinados à instituição de um serviço de Assistência aos Médicos, na Secretaria de Saúde Pública, mediante convênio com a Associação Médica do Paraná.

§ 2.º — Não será devida a taxa de expedição da carteira sanitária o atestado de saúde, quando:

- a) para fins escolares;
- b) para fins militares e eleitorais;
- c) para fins de assistência judiciária gratuita;
- d) destinada a pessoas comprovadamente pobres.

Art. 3.º — As obrigações tributárias acessórias relativas a cobrança da taxa de saúde, as especificações da tabela anexa a esta Lei, serão fixadas em decreto do Poder Executivo.

Art. 4.º — Na execução da tabela, de que trata o artigo 2.º desta Lei, serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro).

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA — Presidente  
MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 196-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Departamento de Águas e Energia Elétrica, um fundo de natureza contábil, denominado Fundo Estadual de Eletrificação Rural, abreviadamente designado pela sigla FEER-PR, destinado à extensão da energia elétrica à zona rural, assim definida no art. 16 do Decreto Federal n. 62.724, de 17 de maio de 1.968, e nos termos do disposto no inciso V, do art. 127, da Constituição Estadual.

Art. 2.º — O Fundo Estadual de Eletrificação Rural, abreviadamente designado pela sigla FEER-PR, reger-se-á pelas normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 3.º — Constituirão receita do Fundo:

- I — as subvenções que foram consignadas pelo Convênio do Estado;
- II — as rendas de serviços prestados a terceiros;
- III — as contribuições de organismos internacionais, baseadas em convênios;
- IV — as contribuições dos governos federal, estaduais e municipais e de autarquias;
- V — as contribuições voluntárias de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, inclusive de organismos internacionais;
- VI — os juros e rendas dos bens do Fundo ou provenientes de operações por ele realizadas.

Art. 4.º — As disponibilidades do Fundo serão aplicadas:

- I — na execução de obras e serviços relativos à eletrificação rural;
- II — na aquisição de materiais destinados à realização de suas atividades;
- III — na preparação de pessoal técnico especializado, através de realização de cursos, conferências, estágios e outros meios de comunicação e de treinamento;
- IV — em trabalho de pesquisa e investigações no campo de suas atividades;
- V — no custeio total ou parcial de viagens de pessoal técnico inclusive ao estrangeiro;
- VI — na contratação de pessoal técnico ou de cientistas, nacionais e estrangeiros;
- VII — na impressão ou reimpressão de trabalhos técnicos e de divulgação;
- VIII — na realização de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável com o objetivo de facilitar a execução de seus trabalhos.

Art. 5.º — Fica criado um conselho administrativo, cujos membros serão nomeados pelo Governador e terá a seguinte composição:

- I — o Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica, que será o seu Presidente;
- II — 1 (um) representante da Secretaria de Viação e Obras Públicas;
- III — 1 (um) representante do Departamento de Assistência ao Cooperativismo, da Secretaria de Agricultura;
- IV — 1 (um) representante do setor de planejamento do Departamento de Águas e Energia Elétrica;

§ 1.º — Os Secretários de Viação e Obras Públicas e da Agricultura e o Diretor do A.A.E.E., indicarão ao Governador os nomes dos representantes dos respectivos órgãos.

§ 2.º — O mandato dos membros do Conselho Administrativo, os quais são demissíveis "ad-nutum", será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.

§ 3.º — Aos membros do Conselho Administrativo caberá um "prolabore", por sessão a que comparecerem, fixado por Decreto.

§ 4.º — O Conselho Administrativo terá um secretário, que será designado por Portaria do Diretor do DAEE.

Art. 6.º — Compete ao Conselho Administrativo do FEER-PR:

- I — administrar permanentemente o Fundo;
- II — disciplinar e fiscalizar a arrecadação da receita, promovendo o seu recolhimento ao Banco do Estado do Paraná S.A.;
- III — resolver sobre a forma de aplicação das disponibilidades do Fundo, bem assim como, autorizar toda e qualquer despesa que deva onerar esses recursos, observando o Regulamento;



IV — resolver sobre a aceitação ou não de contribuições particulares ou oficiais, visando à aplicação especial ou condicional;

V — contratar com entidades particulares, os serviços e obras que julgar necessárias.

VI — aprovar as propostas de gratificações ou prêmios;

VII — promover o desenvolvimento do Fundo, visando ao melhor cumprimento de suas finalidades.

Art. 7.º — O Presidente do Fundo terá suas atribuições especificadas no Regulamento, o qual indicará ao Governador do Estado, para nomeação por Decreto, o seu substituto eventual nessa Função.

Art. 8.º — O Presidente do Fundo poderá designar funcionários efetivos para funções no FEER.

Art. 9.º — As aquisições que corram à conta dos recursos próprios do Fundo, ficam subordinadas aos dispositivos legais que regem a matéria no âmbito estadual.

Art. 10. — As subvenções do Governo do Estado do Paraná, constantes dos créditos orçamentários e adicionais, serão depositadas em parcelas, mensais, até o décimo dia útil, no Banco do Estado do Paraná, em conta especial a ser movimentada pelo Superintendente do Fundo.

Art. 11. — As contribuições recebidas e as rendas próprias do Fundo, criadas por esta Lei, constarão obrigatoriamente dos orçamentos do Estado, compensadamente, na receita e na despesa.

§ 1.º — As importâncias referidas neste artigo serão recolhidas à medida que forem arrecadadas, ao Banco do Estado do Paraná S.A. em conta especial, e serão aplicadas na forma e nas condições estabelecidas nesta Lei.

§ 2.º — As despesas efetuadas na forma do parágrafo anterior, ficarão sujeitas à prestação de contas, nos termos das leis e regulamentos do Estado.

Art. 12. — O serviço encarregado da movimentação e controle dos recursos a que se referem os artigos 10 e 11 encaminhará, mensalmente, até o dia 10 do mês seguinte, o balancete da receita e despesa, acompanhado da respectiva documentação, à Contadoria Geral do Estado, por intermédio da Contadoria Seccional junto à Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Art. 13. — O Presidente do FEER submeterá ao Governador, para sua aprovação e dentro de 90 (noventa) dias contados de sua constituição, o Regulamento do Fundo.

Art. 14. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

(aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA

MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 155-71

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Sertãoópolis, sediado na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

(aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA

MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 85-71

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escolar Normal, na sede do Município de Adrianópolis, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

(aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA

MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 72-71

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual na sede do Município de Cambira.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

(aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA

MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 57-71

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a criar na sede do Município de Colorado, um Curso Científico para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da Verba Própria do Orçamento.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

(aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA

MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 10-71

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Fundação Educacional de Centenário do Sul, destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, na sede do Município do mesmo nome.

Art. 2.º — A undação terá regulamento próprio, aprovado pelo Governador do Estado e gozará de autonomia administrativa, financeira, didática e

disciplinar e adquirirá personalidade jurídica de direito privado a partir de sua inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas de seu ato constitutivo, com o qual será apresentado o respectivo Estatuto e o Decreto Governamental que o aprovar.

Art. 3.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

a) pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhe forem destinados;

b) pelos saldos dos exercícios financeiros;

c) pelas contribuições, doações, subvenções e auxílios que lhe forem feitos ou concedidos pela União, pelo Estado, pelos Municípios e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais, internacionais ou por pessoas físicas;

d) pelos juros bancários ou rendas eventuais.

Art. 4.º — A receita da Fundação será proveniente de:

a) rendimentos de seu patrimônio, os quais serão completados pelo instituidor, o Estado do Paraná, através de recursos consignados anualmente no Orçamento Geral do Estado, sob a forma de dotações globais e específicas, cujo montante não poderá ser, em cada ano, inferior à consignação para o exercício imediatamente antecedente;

b) auxílios, contribuições, doações e subvenções constantes do Orçamento da União, Estados e Municípios;

c) taxas emolumentos escolares, contribuições e anuidades;

d) rendas patrimoniais;

e) rendimentos de serviços prestados;

f) auxílios, contribuições, doações e subvenções de entidades ou empresas de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, nacionais ou internacionais, ou de pessoas físicas;

g) juros bancários e receitas eventuais.

§ 1.º — A Fundação não distribuirá lucros a qualquer título e os seus rendimentos serão aplicados integralmente na manutenção própria e na da Faculdade, bem como no desenvolvimento de seus objetivos educacionais e de pesquisas.

§ 2.º — A Fundação poderá conceder Bolsas de Estudos, mediante concursos de provas entre os estudantes reconhecidamente pobres, exigindo sempre o posterior reembolso.

Art. 5.º — A Fundação será administrada por um Conselho de Curadores composto de 6 (seis) membros efetivos e 3 (três) suplentes, nomeados todos pelo Governador do Estado, com mandato de 6 (seis) anos, renováveis um terço (1/3) de 2 (dois) em 2 (dois) anos.

§ 1.º — Compete ao Conselho de Curadores fixar as taxas, contribuições, anuidades e emolumentos escolares.

Art. 6.º — O Diretor e o Secretário da Fundação serão nomeados pelo Governador do Estado, sendo aquele dentre professores em exercício, eleitos em lista tripartite, pela Congregação e aprovada pelo Conselho de Curadores e ambos serão contratados pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 7.º — A Congregação da Faculdade será constituída pelos Professores titulares e demais docentes em exercício e por representantes do corpo discente, indicados pelo respectivo órgão de classe, em número correspondente de 1/3 (um terço) dos professores integrantes da Congregação.

Art. 8.º — A competência e o funcionamento dos órgãos da Fundação, bem como os da Faculdade, serão estabelecidos nos respectivos estatutos e regimentos.

Art. 9.º — A Fundação terá como órgão da fiscalização contábil e financeira, um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros nomeados pelo Governo do Estado, dentre pessoas de ilibada reputação, com mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 10. — O pessoal da Fundação bem como da Faculdade serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, cabendo ao Estatuto definir a competência para a demissão e criação de cargos.

Art. 11. — Na organização do regime didático da Faculdade, inclusive do currículo de seus cursos, a Fundação fará observar as leis do ensino da União e do Estado.

Art. 12. — O Conselho de Curadores elegerá dentre seus membros efetivos o seu Presidente e seu Vice-Presidente com mandato de 2 (dois) anos, renováveis até duas vezes e elaborará o estatuto da Fundação, definindo as atribuições de todos os órgãos administrativos.

Art. 13. — Os membros do Conselho Fiscal e os do Conselho de Curadores, bem como seu Presidente e Vice-Presidente, não perceberão remuneração ou qualquer vantagem pelas respectivas funções, constituindo o seu efetivo exercício serviço público relevante.

Art. 14. — A Fundação terá duração indeterminada, extinguindo-se quando comprovada a impossibilidade material de sua manutenção e continuidade, revertendo integralmente o seu patrimônio ao Estado do Paraná.

Art. 15. — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

(aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA

MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 304-70

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, destinado a atender despesas com a execução da Lei n.º 6.034, de 6 de novembro de 1969.

Art. 2.º — Como recurso para cobertura das despesas decorrentes da abertura do crédito de que trata o artigo 1.º, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância no Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n.º 6.042, de 19 de novembro de 1969, conforme especificação abaixo:

ORÇÃO PRINCIPAL: SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PROGRAMA: SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

UNIDADE EXECUTORA: SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

DOTAÇÃO: 07 — 6.4 — 50 — 04 — 0

4.0.0.0 — DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 — INVESTIMENTOS

4.1.3.0 — EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES ..... Cr\$ 90.000,00

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

(aa) CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA

MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores



**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 230-70**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à União — Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde, 1 (um) terreno, sem benfeitorias, com área aproximada de 1.605 m2. (um mil seiscentos e cinco metros quadrados), com 15,00 m. de frente para a rua Tabajaras, nesta Capital, por 107 m. de fundos e 15,00 m. de frente para a rua Tamoios.

Art. 2.º — O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado à ampliação das instalações do Departamento de Endemias Rurais, revertendo ao patrimônio do Estado do Paraná, na hipótese de lhe ser dada destinação diversa da prevista nesta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

(aa) **CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA**  
**MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 125-70**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica criada na cidade de Castro, uma Circunscrição de Trânsito, com jurisdição além do Município sede, nos Municípios de Piraí do Sul, Jaguariaíva, Sengés e Arapoti.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

(aa) **CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA**  
**MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 124-70**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Normal Colegial Estadual "Amanda Carneiro de Mello", da cidade de Castro, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

(aa) **CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA**

**MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores**

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 220-69**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — "CAFÉ DO PARANÁ", uma área de terras de 40.090,00 m2. (quarenta mil e noventa metros quadrados), de propriedade do Estado, situado no bairro do Atuba, desta Capital, com as seguintes divisas e confrontações:

Ao Norte, confrontando com a antiga estrada de rodagem da Graciosa, Curitiba-Paranaguá; ao Sul por linha seca, com 310,0 metros, confrontando com a área pertencente à COPEL; a Leste por um córrego, confrontando com terras de propriedade atribuída a Dálio Lippir; ao Oeste por linha seca, com 182,0 metros confrontando com a área pertencente a TELEPAR.

Art. 2.º — A transferência de que trata a presente Lei será procedida a título de integralização por parte do Estado do Paraná em futuro aumento de Capital da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ, após prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades constantes da legislação específica.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29-11-71.

(aa) **CÂNDIDO M. M. DE OLIVEIRA**

**MAURÍCIO FRUET e PINTO DIAS — Relatores**